

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE QUALIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO NO ENSINO

Vieira, Isabel Flávia; Morgado, José Carlos. (Universidade do Minho/PT)

Resumo

As políticas de qualidade do ensino nas IES determinam, em larga medida, o trabalho pedagógico dos docentes e as aprendizagens dos estudantes. O estudo aqui relatado procurou identificar dimensões de qualidade do ensino nas políticas de qualidade duma IES e compreender em que medida essas políticas incorporam e fomentam valores e práticas democráticos. A partir da análise indutiva de um corpus de documentos institucionais, verifica-se a existência de uma visão plurifacetada da qualidade do ensino, que integra dimensões de democratização, mas também uma clivagem entre o discurso programático, onde essas dimensões são mais evidentes, e a instrumentação da avaliação do ensino, onde elas se esbatem. Sugere-se que uma maior coerência entre o discurso programático e os instrumentos de avaliação do ensino poderá favorecer uma maior transformação das práticas pedagógicas e dos modos de construção da profissionalidade docente no ensino superior.

Introdução

O estudo relatado integra o projeto *Qualidade e Direito à Educação Superior: Estratégias Institucionais em Tempos de Globalização* (2014-2016), desenvolvido ao abrigo do Convénio CAPES/FCT (ref.ª FCT 2382/ CAPES 10371/13-3) e que envolve duas instituições portuguesas (Universidade do Porto e Universidade do Minho) e três instituições brasileiras (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal do Paraná e Universidade do Estado da Bahia). Um dos objetivos do projeto é *organizar um quadro analítico que permita compreender como as políticas educacionais estão impactando a definição de indicadores de qualidade para a educação superior, incluindo a constituição dos processos de ensinar e aprender na universidade*. É no âmbito deste objetivo que o estudo apresentado se integra, incidindo em políticas institucionais de qualidade do ensino na Universidade do Minho, uma IES pública de ensino e investigação situada no norte de Portugal. O estudo procurou identificar dimensões de qualidade do ensino e compreender em que medida as políticas institucionais incorporam e fomentam valores e práticas democráticos⁷.

Quadro teórico

A construção de um *Espaço Europeu de Ensino Superior* tem implicado a regulação supranacional da qualidade do ensino, nomeadamente através de organismos como a *European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA)*, que no relatório *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area* (2009, 3ª ed.) prevê que cada instituição defina uma política de garantia da qualidade do ensino, visando à construção de culturas institucionais que reconheçam a importância da qualidade e da garantia da qualidade.

⁷ Para uma versão mais alargada da apresentação do estudo, ver Vieira, Morgado & Silva (no prelo).

Contudo, as políticas de qualidade do ensino enfrentam problemas, como a diversidade de concepções de *qualidade* (ENQA, 2014: 13) ou a tendência para adotar um “modelo de caixa negra” na avaliação do ensino (Rué et al., 2013), baseado em indicadores indiretos sobre a oferta formativa (por ex., percepções dos estudantes e dos docentes, taxas de aprovação e de empregabilidade). Por outro lado, nem sempre assentam num referencial ético e conceptual claro que represente “um horizonte estratégico de qualidade” na avaliação e melhoria dos cursos (Paricio Royo, 2012: 60-61).

A construção de um referencial democrático para a qualidade do ensino, que fomente a inclusão, a participação e a transformação pessoal e social (Harvey & Knight, 1996; IE, 2013), é difícil em tempos de globalização neoliberal que favorecem a sujeição das IES a lógicas instrumentais e economicistas (v. Barnett & Coate, 2005; Giroux, 2010; Morley, 2003, 2015; Nóvoa, 2013; Santos, 2008). Neste cenário, importa perceber que sentidos são atribuídos à qualidade do ensino nas políticas institucionais. Foi este o propósito do estudo que aqui apresentamos.

Metodologia

O estudo envolveu a análise indutiva de um *corpus* de 9 documentos institucionais:

1) 4 documentos de natureza *programática* onde se estabelecem políticas gerais de qualidade da IES, nos quais identificámos dimensões focadas no ensino ou que, reportando-se à atividade académica em geral, abrangessem implicitamente o ensino:

- * *Estatutos da Universidade do Minho* (homologados por Despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 14 de novembro de 2008)

- * *Plano da Qualidade* (junho de 2010)

- * *Manual da Qualidade* (versão 1.1 de 2012, aprovada pelo Despacho RT-37/2012, de 24 de maio)

- * *Plano Estratégico UMinho 2020: Crescimento Sustentado para Cumprir o Futuro* (homologado em fevereiro de 2013)

2) 5 documentos de natureza *instrumental* relativos à avaliação da qualidade do ensino, implementados no âmbito Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Universidade do Minho, nos quais identificámos dimensões de qualidade subjacentes aos itens (perguntas ou tópicos) neles apresentados:

- * Questionário aos estudantes para avaliação semestral de Unidades Curriculares (UC)

- * Questionário aos docentes para avaliação semestral de UC

- * Guião de elaboração de Relatório de UC semestral, preenchido pelo coordenador da UC

- * Guião de elaboração de Relatório de Curso anual, preenchido com base nos Relatórios de UC e validado na Comissão de Curso

- * Guião para a elaboração de Relatório de Unidade Orgânica⁸ anual (preenchido com base nos Relatórios de Curso e validado nos Conselhos

⁸ O termo “unidade orgânica” refere-se às Escolas / Institutos que integram a instituição e que se organizam em departamentos (subunidades orgânicas).

Pedagógico, Científico e de Unidade Orgânica).

Embora os segundos documentos operacionalizem uma política de qualidade, são também documentos *políticos*, na medida em que conferem um determinado sentido à ação avaliativa e favorecem determinadas racionalidades pedagógicas. Ao considerar estes dois tipos de documentos, verificámos em que medida o discurso programático se articula com a avaliação do ensino.

Foram construídas grelhas de registo onde se transcreveram segmentos textuais dos documentos analisados e dos quais emergem dimensões de qualidade do ensino. Foram recolhidos e categorizados 228 segmentos nos documentos de natureza programática e 75 nos de natureza instrumental, perfazendo um total de 303 ocorrências.

Resultados

A análise efetuada revela uma visão de qualidade multifacetada e de âmbito alargado, com marcas de democratização. Contudo, verifica-se uma clivagem entre o discurso programático e os instrumentos de avaliação do ensino no que respeita à presença dessas marcas. Como se observa no Quadro 1, as dimensões de democratização têm uma presença significativa no *corpus* (30,7%), mas são mais frequentes nos documentos programáticos. As restantes dimensões identificadas no *corpus* (69,3%) reportam-se sobretudo à organização, desenvolvimento e avaliação da atividade do ensino e à eficácia da oferta formativa (procura e tempo de conclusão dos cursos, taxas de aprovação, empregabilidade, percepções de graduados e empregadores, adequação dos resultados obtidos aos padrões e metas do Plano da Qualidade).

Quadro 1

				Dimensões de Qualidade	
				Democratização	Outras
Documentos	de	natureza	f=228 (100%)	81 (35,5%)	147 (64,5%)
Programática					
Documentos	de	natureza	f= 75 (100%)	12 (16%)	63 (84%)
Instrumental					
Totais			f= 303 (100%)	93 (30,7%)	210 (69,3%)

O Quadro 2 sintetiza as dimensões de qualidade presentes nos documentos de natureza programática.

Quadro 2. Síntese de dimensões de qualidade nos documentos programáticos

Dimensões de Democratização	Outras dimensões
Princípios orientadores – liberdade de pensamento, pluralidade dos exercícios críticos, contributo para uma sociedade humanista	Articulação investigação-ensino
Democratização e promoção do acesso	Sistema interno de garantia da qualidade baseado em orientações nacionais e europeias e articulado com a história, a missão e os objetivos da instituição
Diversificação da oferta formativa	Padronização de procedimentos de recolha de informação para a avaliação da qualidade
Formação integral, inclusiva, permanente, dirigida ao exercício da cidadania	Eficácia da oferta formativa
Modalidades de gestão e avaliação do ensino participadas, dialógicas, (auto) críticas, transparentes	Descontinuidade de cursos de baixa procura e criação de novas ofertas formativas (incluindo o ensino a distância)
Serviços de apoio aos docentes e aos estudantes	Cooperação internacional, mobilidade e competitividade no espaço europeu
Ambiente multilinguístico	

Nos instrumentos de avaliação do ensino, as evidências de democratização (16% das 75 ocorrências), encontram-se sobretudo nos questionários de avaliação de UC, embora predominem outras dimensões (Quadro 3).

Quadro 3. Dimensões de avaliação da qualidade das UC (questionários a estudantes e docentes)

Vetores de AVALIAÇÃO DE UC (estudantes e docentes)	Dimensões de Democratização	Outras dimensões (n=)
<i>(Auto) avaliação do estudante</i>	Atitude ativa	Preparação adequada ao nível de exigência da UC Cumprimento de tarefas e objetivos Uso de materiais/ recursos recomendados Desempenho globalmente positivo do estudante
<i>Desenvolvimento de competências</i>	Formulação e resolução de problemas Pensamento crítico e espírito reflexivo Relacionamento e trabalho de equipa	Compreensão dos conteúdos Uso eficaz das TIC Comunicação em língua estrangeira
<i>Funcionamento da UC</i>	Transparência de métodos e critérios de avaliação Feedback útil da avaliação	Cumprimento do programa Coerência conteúdos-objetivos Recursos com valor educativo Adequação da carga de trabalho Funcionamento globalmente positivo da UC
<i>Recursos de apoio ao ensino e aprendizagem</i>		Adequação dos espaços: salas de aula/ de autoestudo Infraestruturas: apoio informático, bibliográfico, laboratorial Apoio administrativo e logístico à UC
<i>Desempenho docente (avaliado apenas pelos estudantes)</i>	Apoio à compreensão dos objetivos de aprendizagem Motivação para a consecução dos objetivos de aprendizagem Estímulo à participação e à discussão dos conteúdos Disponibilidade para apoiar os estudantes	Cumprimento de horários Desempenho globalmente positivo do docente

Nos guiões de elaboração de relatórios de curso e de unidade orgânica, prevalecem dimensões associadas à eficácia do ensino: procura do curso; resultados de aprendizagem; tempo médio de conclusão do curso; empregabilidade; resultados de inquéritos a estudantes, docentes, graduados e empregadores; avaliação de planos de melhoria anteriores e definição de novos planos de melhoria; adequação de resultados aos padrões e metas do Plano da Qualidade.

Conclusões

A partir dos resultados, constatamos que os instrumentos de avaliação do ensino, direcionados à sua análise e melhoria, esbatem o potencial transformador anunciado no discurso programático. Embora integrem dimensões de democratização, excluem aspetos essenciais a uma pedagogia crítica, inclusiva e dirigida ao exercício da cidadania, como por exemplo a articulação entre programas e desafios profissionais e sociais, a participação dos estudantes na tomada de decisões, a diferenciação pedagógica ou a autorregulação das aprendizagens.

Ao assentar na participação ampla da comunidade académica, a avaliação do ensino adquire contornos de uma prática reflexiva e democrática. Contudo, não é claro o seu referencial ético e conceptual, ou seja, a visão de educação que pretende promover, sobretudo quando se passa da avaliação das UC para a avaliação dos cursos e da atividade de ensino nas unidades orgânicas, verificando-se um afastamento progressivo das questões pedagógicas, o que pode reduzir os efeitos da avaliação.

É inegável o esforço das IES no desenvolvimento de sistemas de garantia da qualidade do ensino, compreendendo-se a necessidade de padronizar instrumentos de avaliação que criem uma linguagem comum e facilitem a reflexão coletiva sobre as práticas. Contudo, uma maior coerência entre discursos programáticos que assumem valores democráticos e instrumentos que operacionalizam a avaliação do ensino poderá promover uma maior transformação das práticas pedagógicas e dos modos de construção da profissionalidade docente no ensino superior.

Referências

- Barnett, R. & Coate, K. (2005). *Engaging the curriculum in higher education*. Maidenhead: SRHE & OUP.
- ENQA (2009, 3ª ed.). *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*. <http://www.enqa.eu/pubs.lasso>
- ENQA (2014). *The concept of excellence in higher education*. <http://www.enqa.eu/index.php/publications/>
- Giroux, H. (2010). Ensino superior, para quê? *Educar*, 37, 25-38.
- Harvey, L. & Knight, P. (1996). *Transforming higher education*. Buckingham: SRHE & OUP.
- Morley, L. (2003). *Quality and power in higher education*. Maidenhead: SRHE & OUP.
- Morley, L. (2015). Troubling intra-actions: gender, neo-liberalism and research in the global academy. *Journal of Education Policy*, 23(3), 1-18.
- Nóvoa, A. (2013). The blindness of Europe: new fabrications in the European

educational space. *Sisyphus Journal of Education*, 1(1), 104-123.

Paricio Royo, J. (2012). Diez principios para un sistema de gestión de la calidad concebido específicamente para la coordinación y la mejora interna de las titulaciones universitarias. *Revista de Docencia Universitaria*, 10(3), 49-69.

Rué, J., Arana, A., Audicana, M. G., Valle, A., R., Lorente, F., García, C. & March, A. F. (2013). El desarrollo docente en España en educación superior: el optimismo de la voluntad en un modelo de caja negra. *Revista de Docencia Universitaria*, 11(3), 125-158.

União Europeia (2013). *Report to the European Commission on improving the quality of teaching and learning in Europe's higher education institutions*. Luxemburgo: Publicações da União Europeia. Vieira, F. Morgado, J. C. & Silva, N. (no prelo). Qualidade do ensino nas políticas institucionais – o caso da Universidade do Minho. In F. Vieira et al. (eds). *Inovação pedagógica no ensino superior: Ideias (e) práticas*. Santo Tirso: De Facto Edit.

ESTUDANTES ESTRANGEIROS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O DESAFIO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E DA DEMOCRATIZAÇÃO NO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO

Marialva Moog Pinto (UNIARPE/BR); Maria Aparecida Rocha (UNISINOS); Gildo Volpato (UNESC)

Resumo

Nos últimos anos o processo de globalização tem interferido fortemente nas políticas de internacionalização do Ensino Superior no Brasil. À mobilidade acadêmica dos estudantes para universidades de países estrangeiros tem se intensificado, assim como aumentou também o número de jovens estrangeiros cursando graduação no Brasil. O estudo procura compreender o processo de internacionalização a partir da presença de estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras e os impactos pessoais e institucionais advindos dessas experiências. Analisa, em especial, a imersão de estudantes angolanos nos cursos de graduação no país. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 110 estudantes angolanos que estão se graduando em duas universidades da região Sul do Brasil. Os resultados analisados apontam para os desafios dessa inclusão com qualidade, incluindo o nível de satisfação dos estudantes, suas motivações e expectativas bem como o impacto de suas presenças nas universidades em que estudam. Entre os achados houve especial interesse nos processos de ensinar e aprender e as relações que presentes na didática universitária. Também questões como inclusão, resiliência e expectativas foram objeto de análise.

Introdução

Nos últimos anos o processo de globalização tem interferido fortemente nas políticas de internacionalização do Ensino Superior no Brasil. À mobilidade acadêmica dos estudantes para universidades de países estrangeiros tem se intensificado